

Disparidades no Emprego, Produtividade e Produção de Riqueza entre as Regiões do Estado de São Paulo: uma reflexão sobre desenvolvimento econômico⁺

Ana Cristina Fernandes* e Elton Eustáquio Casagrande**

Apresentação

O presente capítulo objetiva discutir a configuração espacial da economia do Estado de São Paulo, no período de 1986 a 1997, por meio da observação de suas regiões administrativas segundo três indicadores a saber: 1. renda per capita ; 2. produtividade; e 3. grau de mobilização do capital humano. Nosso argumento é de que a decomposição do clássico indicador de desenvolvimento – a renda per capita – nos dois outros permite contribuir com o debate sobre as variações no grau de desenvolvimento das regiões. A análise toma como referência o período que vai de 1986 ao final de 1997, considerando que aí se processaram reformas importantes na economia brasileira, cujos fundamentos estão baseados em princípios de “modernização” que têm na produtividade um de seus principais atributos.

A preocupação em escrever o presente texto nasceu da constatação de que as políticas públicas recentes, propostas no âmbito do Plano Avança Brasil, ignoram duas das três variáveis chaves acima citadas para promover o desenvolvimento. Nossa proposição, ao contrário, está baseada na identificação dos atributos do conceito de desenvolvimento econômico que, na perspectiva de Amartya Sen, se expressam como a eliminação da privação de liberdades substanciais que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente (Sen, 1999, p.10). Nesta perspectiva, tomamos renda e emprego como fatores mínimos sem os quais não se processam escolhas e oportunidades.

Com esta orientação conceitual, e com base na distribuição desigual de fatores no território que decorrente intrinsecamente do processo de acumulação, partimos para avaliar como as regiões administrativas do Estado de São Paulo se comportaram no período, diante das profundas modificações institucionais, econômicas e sociais

⁺Este artigo deriva do Projeto de Pesquisa “Princípios e indicadores de sustentabilidade para municípios de pequeno e médio porte do Estado de São Paulo”, financiado pela FAPESP, como parte de seu Programa de Pesquisa em Políticas Públicas. Contou com a colaboração de Ricardo Bonotto, aluno do curso de Mestrado em Engenharia Urbana da UFSCar.

* Prof.^a Dr.^a. Departamento de Engenharia Civil da Universidade Federal de São Carlos.

** Prof. Dr. Departamento de Economia da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Araraquara.

ocorridas. Em outras palavras, interessava-nos saber como cada uma, consideradas suas vantagens e limitações comparativas, reagiu às pressões por ampliação de ganhos de produtividade, em termos de efeitos sobre renda e emprego. Com isso, poderemos identificar não apenas as trajetórias diferentes adotadas por cada uma, eventuais desdobramentos em termos de disparidades regionais, como também evidências para ações mitigadoras dos desequilíbrios gerados pelo progresso econômico. Estamos aqui, portanto, retomando a controversa questão da tensão entre eficiência e equidade.

Verificamos que as taxas de crescimento do PIB brasileiro na década de 90 foram frustrantes e bem aquém das previsões governamentais. Ao invés do cenário virtuoso que seria propiciado com as alterações nos marcos regulatórios da economia, com a abertura comercial, bancária e financeira, com a privatização de empresas públicas e com a flexibilização dos monopólios estatais e da relação capital-trabalho, o resultado em termos de taxa de crescimento do PIB, das exportações e do nível de emprego ficaram muito abaixo da previsão. Apesar dos 4,0% ao ano de crescimento médio do PIB, entre 1993 e 1997, o dobro da taxa dos cinco anos anteriores, e da transformação estrutural da economia produtiva e financeira no sentido de ganhos de produtividade (de um índice de 115,1 para 153,1, referente à indústria paulista, no mesmo período, segundo a FIESP) e competitividade, o desempenho do investimento interno bruto, do emprego e do déficit comercial e da balança de pagamentos refletem a incerteza que cerca o modelo de estabilização adotado (Novy e Fernandes, 1998). As incertezas com relação a redução da distância entre eficiência e equidade, estão num patamar ainda mais distante.

Um dos paradoxos decorrentes deste modelo que queremos destacar é a persistência entre a desigualdade de renda e a produtividade gerada. Se o país modernizou a estrutura de sua economia para obter maiores taxas, seja de crescimento, seja de exportação, não foram verificados resultados equivalentes em termos de elevação da renda per capita (enquanto o PIB cresceu a uma taxa de 8,8%, o PIB per capita expandiu apenas 1,3% ao ano entre 1990 e 1997, Novy e Fernandes, 1998), muito menos de distribuição da riqueza (enquanto o Nordeste apresentava um rendimento médio mensal de R\$144,90 e um Índice de Gini de 0,587, o Sudeste alcançava R\$273,40 e 0,537, respectivamente, segundo a PNAD 1999), riqueza esta que o país está – em princípio – melhor capacitado a produzir. Na verdade, as alterações no marco regulatório da economia tiveram um grande alcance econômico mas bastante limitado se considerado

o impacto social, ao menos durante a década de 1990, em se considerando inclusive a taxa de desemprego aberto no Brasil, que subiu de 4,28% em 1990, para 5,66% em 1997, e para 6,50% em 1998 (Chahad, 1998, com base na IBGE/PME). Certamente, pode-se argumentar que o lapso de tempo para uma difusão positiva ocorrer pode não ter sido ainda suficiente. Porém, é válido contra-argumentar que as reformas econômicas realizadas na década de 90 não promoveram a internalização de tais efeitos positivos para o conjunto da sociedade, muito embora tenha sido bastante para aprofundar a desigualdade, especialmente a de renda.

As transformações do processo econômico revelaram o papel e a importância da localidade no desenvolvimento econômico. Novamente, temos neste âmbito um paradoxo. Na medida que o desenvolvimento está baseado na produtividade e competitividade dos produtos com vantagens competitivas, a distribuição espacial das cadeias produtivas com potencial de revelar tais vantagens provoca efeitos desiguais nas regiões. Seja porque somente algumas têm capacidade de assimilar as mudanças e traduzi-las em resultados positivos, seja porque só algumas são locações vantajosas para novos investimentos, inclusive públicos.

No Estado de São Paulo existem eixos ou regiões dentro de regiões de governo e administrativas com perfil sócio-econômico muito díspares. Basicamente, as disparidades econômicas e sociais são muito claras. A questão principal é como mensurá-las e compará-las em um determinado período de modo a avaliar a hipótese de que apesar do crescimento da renda per capita nas regiões do Estado, as disparidades entre elas aumentaram, em função do menor grau de mobilização de recursos humanos empregados na produção de um volume maior de riqueza.

Neste capítulo realizamos uma leitura do desenvolvimento regional recente do Estado de São Paulo a partir do antagonismo produtividade e renda gerada, particularmente relevante em países em desenvolvimento. A idéia, adaptada de Dunford (1996), parte do princípio que o acompanhamento da dinâmica em termos de maior ou menor coesão entre diferentes economias regionais pode auxiliar no monitoramento do desempenho destas economias no tempo, a partir da perspectiva da equidade, e não apenas da produtividade, o que tem implicações em termos de políticas públicas. Em outros termos, aspectos sociais devem ser associados a aspectos microeconômicos na construção de um indicador que reflita o desempenho no tempo mais amplo da

economia e sociedade regionais, tanto quanto de ações do Estado para minimizar os efeitos desiguais do progresso econômico.

Apesar das limitações inerentes à aplicação de indicadores de desenvolvimento, ensaiamos aqui uma primeira aproximação no sentido de construir uma metodologia para acompanhamento do desenvolvimento que propicie referências de ação para o setor público e para a sociedade. Temos a intenção de aprofundá-lo posteriormente, refinando as variáveis utilizadas, e desagregando-as por setor de atividade, por exemplo. Por outro lado, reconhecemos que indicadores desta natureza carecem de complementação em termos de referências sobre condições de qualidade de vida, que em geral, refletem com mais precisão as disparidades inter-pessoais de renda existentes na sociedade. Contudo, o fato de os indicadores construídos permitirem levantar questões sobre a relação entre emprego e produtividade decorrentes do modelo de desenvolvimento adotado, ressalta sua validade enquanto instrumento de política pública, especialmente em vista dos novos marcos apresentados pelo governo federal: de um lado, a Lei de Responsabilidade Fiscal, que rege as ações dos dirigentes públicos das três escalas governamentais e dos três poderes, e de outro, a proposta de investimentos públicos para o “desenvolvimento e integração nacional” contida no Avança Brasil.

Para tanto a noção de desenvolvimento deve ser qualificada no contexto histórico e acompanhada por indicadores. Essa forma de conhecimento expõe os conflitos e favorece a interpretação das mudanças, positivas ou negativas, que estão em curso, além de subsidiar decisões na esfera pública e privada na localidade e região. Nesta linha de raciocínio, começamos a análise, na seção a seguir, com uma leitura do antagonismo entre o social e o econômico no desenvolvimento brasileiro. A seção dois apresenta uma perspectiva das transformações na economia ocorridas na década de 90. A seção três discute as relações entre emprego, produtividade e renda. A seção quatro discute as disparidades regionais, metodologia e os resultados da aplicação dos indicadores escolhidos. Finalmente, concluímos o texto discutindo as disparidades e a sustentabilidade regional a partir destes resultados.

1. Desenvolvimento: antagonismos entre o social e o econômico

Numa perspectiva histórica, observamos que o desenvolvimento econômico no Brasil apresenta dois vieses característicos: de um lado, sempre dependeu da liderança

do Estado, e de outro lado, produziu uma forte polarização inter-regional e inter-pessoal da riqueza. No tocante ao primeiro aspecto, pode-se dizer que o Estado brasileiro, nacional e agente da integração da economia e do território, surgiu efetivamente *pari passu* à constituição de um projeto de desenvolvimento nacional, ou seja, projeto de desenvolvimento e Estado são entidades siamesas no Brasil. Ademais, esta liderança foi exercida através do investimento público no setor produtivo, articulado aos gastos e subsídios das estatais em favor do setor privado e com endividamento externo. Embora denominado de modelo de *desenvolvimento* brasileiro, este projeto nacional-desenvolvimentista desencadeou efeitos que se manifestam mais sobre as taxas de crescimento econômico, sobre o desenvolvimento da infra-estrutura econômica e urbana necessária à integração e sobre a diversificação da base produtiva, especialmente no que concerne à indústria de transformação, que sobre a alteração do padrão de distribuição da riqueza típico do sub-desenvolvimento, o que motivou a denominação de modernização conservadora atribuída ao modelo (Tavares, 1985). Neste ponto, nos remetemos ao segundo aspecto mencionado, a polarização do desenvolvimento na sociedade e no território. Embora reconheçamos que houve efetiva elevação do padrão de renda das famílias e melhoria nas condições de saúde, educação e saneamento das populações urbanas nos cinquenta anos que se sucedem à revolução de 30, é inegável que o modelo evoluiu exatamente a partir da concentração de renda. E ocorreu de tal forma que sua distribuição inter-pessoal foi excluída do debate, especialmente nos anos do milagre, o mesmo não podendo se afirmar no que respeita às disparidades inter-regionais. Estas foram objeto de intervenção governamental apesar da grande concentração do valor adicionado e da população empregada na indústria de transformação que ainda se verifica na região Sudeste, particularmente em São Paulo¹. No entanto, esta reversão ocorre em benefício de algumas poucas áreas, cuja urbanização e condições anteriores propícias à acumulação permitem-lhes beneficiar-se da desconcentração relativa da estrutura produtiva e da ampliação do mercado nacional. Assim sendo, apesar desta desconcentração, a polarização inter-regional ainda está manifesta, selecionando pontos de maior dinamismo em áreas estagnadas, sendo que

¹ Resultado desta ação governamental, evidências de reversão da polarização espacial nos anos 80 chegaram a mobilizar diversos estudiosos, como Cano 1989, Guimarães Neto 1986, Campolina Diniz 1988 apud Fernandes 1996.

estas últimas continuam a se caracterizar como regiões de forte emigração e concentradoras da pobreza nacional (IPEA/NESUR, 1999).

O contra-senso entre os termos *desenvolvimento* e *concentração de renda* ambos característicos do processo de industrialização brasileira foi, a rigor, uma combinação viável em função das elevadas taxas de crescimento econômico obtidas nesse período. A dependência por poupança externa para financiar este crescimento acelerado, que consistiu num outro e importante aspecto do modelo, só vai se manifestar com a eclosão da crise da dívida externa dos países em desenvolvimento, no início dos anos 80. Com a crise, especialmente localizada nos países latino-americanos, a ruptura do modelo nacional-desenvolvimentista torna-se inevitável, precipitado pela crise do petróleo e conseqüente elevação dos juros americanos. A fragilidade financeira destas economias fica exposta, assim como os limites e conseqüências da elevada dependência por poupança externa, ou seja, as restrições do modelo de financiamento do desenvolvimento e da própria limitação em termos de escala de mercado que a concentração de renda inevitavelmente produz.

Fica evidente, diante da crise de financiamento na década de 80, uma outra tipologia de dependência, ou seja aquela derivada do rompimento do padrão de financiamento da economia brasileira. A combinação do Estado, empresas estatais e capital estrangeiro, viabilizou a taxa de crescimento do produto na década de 70. A estrutura básica desse padrão que sustentou o desenvolvimento brasileiro foi iniciada na década de 30, tomando forma e mais importância no Plano de Metas de JK e no II PND até mostrar seus limites nos anos 80. (Goldenstein, 1994, p. 62)

Tal expansão prescindiu até então de um sistema financeiro desenvolvido. A tentativa de propor um sistema financeiro mais robusto, para fazer frente às necessidade de intermediação financeira que não alterassem os laços construídos entre o Estado e o capital estrangeiro, foi a do PAEG, no Governo Castello Branco. Sua instituição, embora tenha conseguido propiciar o financiamento da expansão do setor de bens duráveis de consumo, não criou uma fonte de financiamento privada de longo prazo.

A crise da dívida nos anos 80 expõe os limites de financiamento da economia brasileira que constituem na verdade os limites ao próprio desenvolvimento. Nesse contexto, as tensões sociais acirram a luta pela manutenção da participação de frações

de classes na renda nacional. O processo inflacionário é alimentado pelo conflito distributivo, expondo as conseqüências do modelo de desenvolvimento baseado na concentração de renda. A partir daí, ao invés de se retomar o debate sobre o desenvolvimento a partir da distribuição da renda para ampliar a escala do mercado e viabilizar uma saída interna à crise, o debate cedeu lugar às políticas de ajustamento, deixando de lado a reflexão sobre a autonomia de países periféricos em relação a capacidades de liderança quanto ao próprio desenvolvimento econômico.

Mais grave, tais políticas, por serem recessivas, intensificam a polarização da renda, através da elevação das taxas de juros para financiamento do setor público na década de 80, atraindo a poupança privada e contraindo a demanda. Com a oferta limitada para gerar bens e serviços que atendessem ao mercado interno e externo, as taxas de juros serviram para reduzir a absorção interna, permitindo que a produção se deslocasse para atender às exportações. Assim, os superávites comerciais foram resultados da política de ajustamento que ocupou lugar do tema desenvolvimento.

Em resumo, ao Estado brasileiro, no período de 1930 a 1980, faltou uma base de acumulação própria suficiente para manter sua condição financeira para financiar e liderar o processo de industrialização. Para cumprir a tarefa, recorreu ao financiamento externo nos momentos de falta liquidez internacional e aprofundou as relações com a dinâmica do capital internacional. Na crise de liquidez, diante da inexistência de uma sólida base arrecadadora e bem distribuída sobre a riqueza, o Estado não conseguiu superar as restrições ao financiamento externo. Por conseqüência, fez declinar a taxa de investimento da economia.

2. As Transformações da Década de 90 – mudanças do marco regulatório

A crise do modelo desenvolvimentista iniciada na década anterior só vai ser efetivamente enfrentada nos anos 90, quando o governo decide adotar medidas que vão introduzir transformações significativas no marco regulatório da economia brasileira, a começar pela abertura comercial. A abertura tornou-se programa oficial em junho de 1990, através das “Diretrizes Gerais da Política Industrial e de Comércio Exterior” (PICE). Foram abolidas as restrições quantitativas referentes às importações, com calendário prevendo reduções de alíquotas até dezembro de 1994.

Em junho de 1993, utilizando-se da experiência da hiperinflação alemã em 1923, o governo iniciou o plano Real de estabilização monetária. Além do setor produtivo, o financeiro também sentiu os efeitos da mudança da derivada de estabilidade. A remonetização da economia e a expansão no crédito interno foram marcantes, favorecendo os ganhos bancários obtidos sobre a intermediação. Porém, a estabilidade provocou um efeito negativo sobre os bancos, ao afetar diretamente suas receitas inflacionárias. A incompatibilidade entre a expansão do crédito e a perda de qualidade dos tomadores provocaram perdas acentuadas pelas dificuldades em obter, organizar e sobretudo monitorar seus credores. A crise mexicana em 1995 e o controle do crescimento através da taxa de juros prejudicaram a atividade produtiva. Em consequência os bancos sentiram os efeitos do volume de inadimplência e a perda de rentabilidade de suas operações creditícias. A crise evidenciou a vulnerabilidade do sistema financeiro, para o qual foi implementado o PROER: consolidar as transformações desse setor e preparar os bancos nacionais para a competição estrangeira que viria a ocorrer em seguida.

A estabilização e a reestruturação bancária foram fatores que favoreceram a expansão do crédito na economia brasileira. O volume relativo tomado pelo setor privado aumenta na década e do setor público diminui. De maneira marcante, crescem os empréstimos às pessoas físicas, em função de uma demanda reprimida. Outras fontes de financiamento, através da captação no exterior, passaram a ter muito maior importância para as empresas, especialmente para aquelas que produzem bens transacionáveis. Porém, tal modalidade é bastante restrita para o conjunto da economia brasileira.

No setor externo da economia, a valorização da moeda nacional frente ao dólar foi decisiva para a estratégia de modernização do parque produtivo. Contudo, o superávit comercial característico na década de 80 desaparece. O déficit em seu lugar, comercial e das transações correntes, passa a exigir uma coordenação maior das expectativas, dada a dependência por investimento direto estrangeiro e investimentos em portfólio para o fechamento do balanço de pagamentos.

Para seus formuladores, a mudança no marco regulatório da economia deveria produzir a expansão do produto e retomada do crescimento econômico. Para isso, porém, dois são os pré-requisitos: a necessidade de investimentos e ganhos de

produtividade. Sabe-se que a decisão de investimento constitui uma das mais importantes decisões econômicas, se for considerado que ela define, em nível agregado, o desempenho da economia. É também fonte da acumulação de capital e, portanto, a maior determinante da capacidade de crescimento da economia no longo prazo. É, porém, o componente mais instável da demanda agregada e natural responsável pelas variações na renda e no emprego.

Como mostra a tabela 1, a taxa média de investimento no Brasil caiu substancialmente nas últimas duas décadas em relação a década de 70. A formação bruta de capital fixo representou cerca de 25% do PIB nos anos 70, caindo para cerca de 18% nos anos 80. Na década de 90, a formação bruta de capital fixo no período de 1991-1993, caiu substancialmente em razão da recessão.

Tabela 1: PIB - Crescimento médio anual e taxa de investimento

	1971/80	1981/83	1984/89	1990/92	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Taxas anuais de crescimento do PIB (%)	8,4	-2,8	4,6	-1,7	4,1	5,8	4,1	3	3,3	0,2
Taxas anuais de crescimento da FBCF (%)	9,3	-11,5	4,7	-7,1	7,1	12,4	12,9	2,4	12,7	-2,7
FBCF/PIB (%)	23,5	19,1	17,1	14,9	14,4	15,3	16,6	16,5	18,0	17,5

Fonte: Bielchowsky, R. 2000.

Tabela 2: Produto industrial, emprego e produtividade de países selecionados

País	Produto Industrial		Emprego		Produtividade	
	1970/96	1990/96	1970/96	1990/96	1970/96	1990/96
Argentina	1.18	4.87	-2.62	-3.15	3.80	8.02
Brasil	2.81	2.26	0.95	-6.41	1.86	8.67
Chile	2.76	6.40	1.51	3.49	1.25	2.91
Colômbia	3.98	3.52	1.24	-0.22	2.74	3.74
México	3.79	2.27	0.91	-0.03	2.88	2.30
Peru	1.17	5.09	2.85	1.97	-1.68	3.12
Estados Unidos	2.39	5.04	0.35	0.30	2.04	4.74

Fonte: Katz, J. 2000.

Apesar do baixo volume de investimentos a produtividade cresceu no Brasil com redução do emprego formal como mostramos na tabela 2. Esse comportamento se explica pelo grande volume de investimentos feitos, em sua maioria, na modernização das firmas. Tomando essas relações, não só para o Brasil mas, para outros países da América Latina e Estados Unidos, verificamos que exceto para este último e para o Chile, a produtividade aumentou e o emprego diminuiu (tabela 2).

Além dessa tendência é importante destacar o padrão cíclico das variáveis agregadas. A formação bruta de capital fixo comportou-se pró-cíclicamente com relação à recessão de 1981/83 e 90/92, voltando a expandir a partir de 1993. As taxas de desemprego aberto no Brasil, segundo o IBGE aumentaram de 1986 a 1997. Na grande São Paulo, segundo o SEADE/DIEESE, o aumento do desemprego foi mais acentuado, de acordo com a tabela 3. O total de horas trabalhadas e o total de horas pagas tiveram um comportamento pró-cíclico com o emprego no período de acordo com as informações da FIESP (tabela 3).

Tabela 3: Taxa de desemprego – Brasil e Região Metropolitana de São Paulo

Anos	Taxa de desemprego (IBGE) – Brasil	Taxa de desemprego (IBGE) – SP	Taxa de desemprego DIEESE – SP
1986	3,6	3,3	6,1
1987	3,7	3,8	6,1
1988	3,8	4,0	7,0
1989	3,3	3,4	6,6
1990	4,3	4,5	7,2
1991	4,8	5,5	7,9
1992	5,8	6,5	9,1
1993	5,3	5,7	8,7
1994	5,1	5,4	8,9
1995	4,6	5,2	9,0
1996	5,4	6,3	9,9
1997	5,7	6,6	10,2

Fonte: Conjuntura Econômica, 2000.

Tabela 4: Horas trabalhadas e horas pagas ao trabalhador formal

Ano	Horas Trabalhadas	Horas Pagas
1986	135,3	131,2
1987	135,9	134,3
1988	137,7	133,2
1989	130,5	133,2
1990	120,8	125,0
1991	108,4	112,4
1992	101,8	106,1
1993	102,3	103,4
1994	101,2	100,5
1995	100,5	100,2
1996	91,0	90,7
1997	87,7	86,3

Fonte : SEADE

As horas pagas e trabalhadas (tabela 4) se correlacionam positivamente e ambas correlacionam-se negativamente com a taxa de desemprego, o que denota um aumento

da exploração do trabalho dos não demitidos, e por conseqüência aumento da produtividade do trabalho. O comportamento desses números revela também que a demissão tende a liderar com relação ao comportamento das outras variáveis (horas pagas e trabalhadas). Em 1988 quando a taxa de desemprego inicia a escalada, as horas trabalhadas e pagas aumentaram. No ano seguinte, 1989, a taxa de desemprego diminui, mas as horas trabalhadas também caem. A análise do período em questão permite observar que o emprego, horas trabalhadas e pagas foram reduzidos sensivelmente.

A dinâmica do emprego na economia brasileira está profundamente atrelada ao comportamento de setores produtivos que têm a capacidade de afetar a taxa global de investimento, tais como a indústria de transformação, telecomunicações, eletricidade, gás, petróleo, transporte e saneamento. São setores que incorporaram as reformas, passaram pela privatização (telecomunicações, mineração e energia elétrica) e estão ajustados à competição internacional. O volume de investimentos desses setores não assegurou o crescimento econômico desejado e necessário para a economia brasileira na década de 90. Em todos eles ocorreu uma sensível retração que se acentuou com o tempo, e colocou os investimentos no período de 1990-94 a níveis que variaram entre aproximadamente a metade e um terço dos realizados nos anos 1970. (Bielschowsky, 2000, p. 148)

No estado de São Paulo, segundo levantamento realizado pela Fundação SEADE (Investimentos Anunciados em 1995-2000, www.seade.gov.br), verificamos que cerca de 40% (US\$ 100,6 bilhões) do volume total de investimentos realizados concentraram-se na indústria de transformação; cerca de 14,66% em telecomunicações; 8,8% em eletricidade, gás e água quente; 3,34% em fabricação de coque, refino de petróleo, álcool combustível; 3,16% em transporte e 0,06% em saneamento. Os dados de investimentos anunciados ilustram os últimos anos do período de nossa análise. É suficiente, no entanto, para mostrar que os setores responsáveis pelo grande impacto na formação bruta de capital fixo para o Brasil também foram os responsáveis por mais da metade dos investimentos realizados no estado de São Paulo nos últimos anos.

Apesar dessa importância relativa e absoluta do estado de São Paulo com relação ao Brasil, as disparidades entre emprego, produtividade e produto não diminuem. Procuraremos assim avaliar se a nova dinâmica instituída com as reformas econômicas reduziram ou acentuaram as disparidades entre regiões do Estado de São Paulo.

3. Emprego, Produtividade e Renda

A reflexão sobre a tendência do desenvolvimento em função da taxa de crescimento econômico implica em explorar com certa profundidade os elementos teóricos que suportam esta relação. Em primeiro lugar, a expansão do PIB e sua relação com a população estão longe de indicar desenvolvimento. Embora a medida seja uma *proxy* internacionalmente comparada, sabemos que se pode criar sua antítese, através da oposição entre a renda apropriada pelos mais ricos e pelos mais pobres. Em segundo lugar, há uma ampla aceitação de que a escolaridade, produtividade e salário real “andam juntos”. Todavia, devemos ponderar a relação em vista da existência de pelo menos duas categorias do trabalho: qualificado e desqualificado. Para o primeiro, esta relação é aplicável, enquanto para o segundo não é. Não é verossímil a relação para a unidade trabalho.

Dunford (1996) trabalhou com estas duas dimensões, da renda per capita e do trabalho, ou seja de sua produtividade. Preocupado com o comportamento das disparidades regionais na Europa unificada, destacou duas relações fundamentais da relação desenvolvimento-crescimento: a primeira, a razão entre produto e população ocupada, ou seja, a produtividade; e a segunda, a razão entre população ocupada e a população total residente, que denominou de potencial de utilização de recursos humanos. Nesta segunda está a medida de operacionalização do desenvolvimento social que estaria sendo alcançado junto com ganhos de produtividade, e não às custas destes. Desta forma, o autor efetua uma decomposição do indicador clássico de renda per capita, tornando-o mais acurado para identificar faixas de maior ou menor desenvolvimento medido a partir do emprego entre regiões, ou seja, a partir da demanda e não da oferta. Tecnicamente, a relação

$\frac{pib}{população}$ é expressa pela multiplicação da produtividade,

$\frac{pib}{populaçãoopregada}$ pela taxa de ocupação $\frac{populaçãoopregada}{população}$. Assim,

$$\frac{pib}{população} = \frac{pib}{pop. empregada} \times \frac{pop. empregada}{população}. \quad (1)$$

(a)

(b)

(c)

Com esta simples decomposição dos fatores que constituem o produto per capita, Dunford criou um instrumento para avaliar quanto da população total é mobilizada para a produção de riqueza, em paralelo à dimensão da produtividade decorrente desta mobilização. Implícito nesta decomposição está o argumento de que ganhos de produtividade são essenciais, sim, para o crescimento econômico, mas são insuficientes como parâmetro para o desenvolvimento, podendo promover relevantes disparidades de renda interpessoais (à medida que não se comprometa com a taxa de desemprego) e interregionais (em vista dos conhecidos padrões regionais de especialização setorial).

Apesar da objetividade dos cálculos, muitos são os fatores que interferem nos dois quocientes que produzem o produto per capita. No que tange ao cálculo de produtividade, há o espectro de preços relativos, produção física e ganhos (lucratividade setorial). A taxa de emprego, por sua vez, depende do crescimento populacional, das convenções que regulam as relações capital-trabalho, o mercado de trabalho e proteção social, das características etárias e de gênero da população, além da escolaridade e qualificação profissional.

Os choques produzidos pelas reformas econômicas e institucionais nos anos 90 no Brasil exigiram maior produtividade da força de trabalho sem imediato impacto nos salários. Além do aumento da exploração da força de trabalho observada na tabela 4, promoveram o fim de muitas ocupações e a eliminação de postos de trabalho. A transformação da estrutura ocupacional deste mercado, com a introdução de novas profissões, exigências maiores com relação a experiência profissional, atributos pessoais como liderança, senso cooperativo e descentralização das decisões, não foi acompanhada de aperfeiçoamento da estrutura institucional responsável pela formação da mão de obra. Nesta lacuna, cresceu a disparidade entre trabalho qualificado e pouco qualificado ou desqualificado. Além do mais, outro tipo de trabalho desapareceu, aquele que sucumbiu às transformações do meio produtivo, geralmente característico do tipo de desemprego estrutural. Neste sentido, as elevadas taxas de desemprego aberto na década 90 passaram a ter um componente estrutural muito forte.

A produtividade e as condições que a determinam são, contudo, cruciais ao crescimento econômico. A variação do produto depende especialmente da produtividade, enquanto o nível do produto depende dos gastos, especialmente, dos

investimentos. Considerando esta importância, fazemos uso da expressão abaixo que denota a variação do produto, ΔY , que é dada por:

$$\Delta Y / Y = \Delta A / A + ak\Delta K / K + an\Delta N / N \quad (2)$$

$$(a) \qquad (b) \qquad (c)$$

As variáveis K, N, A, ak e an são, respectivamente, capital fixo, emprego, produtividade, elasticidade do produto com respeito ao capital e elasticidade do produto com respeito ao trabalho. A equação (2) é conhecida como a equação contábil do crescimento. O ganho de produtividade da economia é o resíduo da diferença entre:

$$\Delta A / A = \Delta Y / Y - ak\Delta K / K - an\Delta N / N \quad (3)$$

Fatores microeconômicos definem o componente (b) da equação (2), como a escolha da tecnologia, avaliação do mercado e das condições de financiamento; o mercado de trabalho define (c), estabelecendo os salários.

Retomando a equação (1), a expressão de valores pela relação PIB/população ocupada é uma síntese de decisões empresariais em função do meio competitivo. As mudanças no marco regulatório da economia e o conjunto de reformas interferiram em quatro variáveis que determinam a produtividade no Brasil: 1. a tecnologia adotada, promovendo a modernização do parque produtivo da economia; 2. os métodos de gestão e de qualidade; 3. os salários pagos; e 4. as mudanças no perfil da demanda por formação e qualificação profissional.

A questão, porém, é que a assimetria característica no desenvolvimento dos fatores produtivos e de outros recursos que definem a capacidade das regiões responderem, em termos produtivos, às mudanças e oferecer oportunidades de trabalho, promovem as disparidades regionais, o que, por sua vez, repercute sobre as condições de vida da população, no sentido de sua limitação ou expansão.

4. Disparidades Regionais: metodologia de análise e resultados

Como pode ser observado nas tabelas e gráficos a seguir, a relação entre PIB e população total não pode ser efetuada em vista da indisponibilidade de estatísticas de

produto desagregadas para o nível municipal. Assim sendo, adotamos o valor adicionado fiscal (VAF) total dos municípios do Estado (www.seade.gov.br) como *proxy* do produto. Estão incluídos no VAF total, os valores adicionados dos setores da economia (indústria, comércio e serviços, sendo que o valor para a agricultura está contabilizado no valor do comércio). Os dados de população ocupada se referem a ocupação formal, emprego com carteira assinada, isto é, o emprego de melhor condição de remuneração e proteção social, que serve portanto de referência de qualidade para a sociedade².

A composição dos dados, valor adicionado fiscal, emprego formal e população total foram organizados em regiões administrativas e de governo do Estado de São Paulo. As regiões administrativas correspondem à divisão político-administrativa para efeito de análise e planejamento da ação pública, criadas pelo Decreto Estadual no. 22.970 de 20/11/1984 (www.seade.gov.br). São compostas por regiões de governo, criadas pelo mesmo decreto, que por sua vez, agrupam os diversos municípios do Estado. O agrupamento mais geral de regiões é, portanto, o da região administrativa. É possível, portanto, comparar dentro de uma mesma região administrativa o desempenho econômico das diferentes regiões de governo. Utilizamos esta comparação para verificar as disparidades entre regiões de governo dentro de uma mesma região administrativa, aplicando a equação 1, analisada na seção anterior.

O ponto de partida foi construir as tabelas 5, 6 e 7 nas quais são apresentadas as variáveis que compõem os indicadores: valor fiscal adicionado, população empregada e população total para as regiões de governo e administrativas. Vale ressaltar que nestas tabelas registramos um sumário das referidas variáveis, apresentando os valores referentes apenas às regiões administrativas. Em seguida, comparamos a evolução das três variáveis entre 1990 e 1997 para contemplar apenas o período das mudanças no marco regulatório da economia brasileira, conforme nossa análise nas seções um e dois.

Uma primeira observação a destacar é a evidência de que, entre 1990 e 1997, enquanto o valor adicionado (tabela 5) para o Estado de São Paulo cresceu 22,6%, e a população total (tabela 6) cresceu 11,6%, a população ocupada (tabela 7) praticamente

² O emprego formal das regiões administrativas e de governo foi extraído da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho, (MTb), Brasília, 1999. As informações da população das regiões estudadas foram coletadas do SEADE – Secretaria de Análise Estatística do Estado de São Paulo (www.seade.gov.br).

estagnou, apresentando uma variação da ordem de apenas 0,05% no período. Segunda observação é que esta estagnação se deveu basicamente a reduções bastante localizadas em apenas três regiões administrativas, de modo que em quase todas as regiões administrativas ocorreu crescimento da população ocupada. As exceções foram a região metropolitana (RMSP), que concentra 58,9% do emprego formal do estado e 48,2% da população total, a região de Santos e a região de Barretos, com destaque para esta última, onde registramos redução vigorosa do emprego formal (-24,7%). Contudo, chamamos atenção para o fato de que a importância proporcional da região metropolitana em relação ao emprego e à população do Estado, faz com que a estagnação da população ocupada verificada no período se deva preponderantemente à redução de 4% do emprego na RMSP. Uma terceira observação diz respeito ao fato de que a concentração de valor adicionado fiscal e a população ocupada na RMSP ainda é superior a 50%, apesar de ter-se reduzido no período. A importância relativa da RMSP na economia paulista é ainda bastante significativa, apesar do movimento de descentralização verificado nos anos 70 e 80. Em vista da parcela do valor adicionado produzido pela região, pode-se dizer que esta descentralização ocorreu preponderantemente em setores de menor valor adicionado, e que se localizou em algumas regiões específicas, não se distribuindo por todo o interior. Isto porque, como mostram as tabelas 5 e 7, o valor adicionado e o emprego estão concentrados significativamente nas regiões de Campinas, São José dos Campos e Sorocaba, todas elas localizadas a uma distância não superior a 100 km da região metropolitana, configurando, portanto, uma região de expansão ou de entorno da metrópole. Sendo assim, estimamos que o interior além destas três regiões deverá apresentar ganhos de produtividade inferiores àqueles apresentados pela região mais dinâmica da economia paulista, o entorno metropolitano.

Tabela 5 - Valor Adicionado Fiscal Total

	1986	1990	%	1995	1996	1997	%	1990-97
<i>Total Estado de São Paulo</i>	183.373.016	176.879.419	100,0	203.458.530	208.328.213	216.891.227	100,0	22,62%
R. Metropolitana de São Paulo	104.478.019	93.827.067	53,0	104.932.647	109.073.742	112.407.717	51,8	19,80%
RA Registro	394.958	366.268	0,2	414.110	422.652	463.239	0,2	26,48%
RA Santos	7.384.441	6.745.543	3,8	6.692.428	6.510.076	7.105.131	3,3	5,33%
RA. S. J. dos Campos	8.562.695	11.985.661	6,8	14.358.022	15.267.389	16.733.682	7,7	39,61%
RA. Sorocaba	8.675.847	8.285.171	4,7	10.221.315	10.074.915	11.099.209	5,1	33,96%
RA. Campinas	26.781.605	29.159.885	16,5	36.327.359	35.425.285	36.569.083	16,9	25,41%
RA Ribeirão Preto	4.078.098	3.956.974	2,2	5.424.757	5.308.270	5.505.358	2,5	39,13%
RA. Bauru	3.463.455	3.072.205	1,7	3.938.381	3.825.414	3.875.625	1,8	26,15%

RA S. J. Rio Preto	3.667.940	3.825.834	2,2	4.495.415	4.537.182	4.936.221	2,3	29,02%
RA Araçatuba	2.136.067	2.863.705	1,6	3.317.370	3.208.297	3.408.883	1,6	19,04%
RA Pres. Prudente	2.386.285	2.174.926	1,2	2.284.169	2.362.324	2.406.186	1,1	10,63%
RA Marília	3.127.507	2.898.935	1,6	2.997.542	3.171.377	3.358.142	1,5	15,84%
RA Central	4.193.607	3.599.064	2,0	4.011.916	4.500.429	4.433.295	2,0	23,18%
RA Barretos	1.790.953	1.700.630	1,0	1.696.279	1.891.781	1.742.160	0,8	2,44%
RA Franca	2.251.539	2.417.552	1,4	2.346.819	2.749.079	2.847.296	1,3	17,78%

Fonte: construção própria a partir de www.seade.gov.br.

Tabela 6 - População Total

	1986	1990	%	1995	1996	1997	%	1990-97
<i>Total Estado de São Paulo</i>	<i>28.303.376</i>	<i>30.783.108</i>	<i>100,0</i>	<i>33.560.979</i>	<i>34.074.808</i>	<i>34.351.736</i>	<i>100,0</i>	<i>11,59%</i>
R.Metropolitana de São Paulo	14.020.477	15.089.744	49,0	16.322.823	16.562.227	16.562.227	48,2	9,76%
RA Registro	207.174	222.659	0,7	236.915	239.599	242.220	0,7	8,79%
RA Santos	1.088.682	1.188.337	3,9	1.289.990	1.307.606	1.325.159	3,9	11,51%
RA. S. J. dos Campos	1.433.710	1.598.614	5,2	1.762.669	1.790.414	1.818.216	5,3	13,74%
RA. Sorocaba	1.761.906	1.954.866	6,4	2.179.281	2.220.988	2.262.328	6,6	15,73%
RA. Campinas	3.796.709	4.258.418	13,8	4.773.811	4.867.181	4.959.975	14,4	16,47%
RA Ribeirão Preto	777.372	868.784	2,8	951.039	964.285	978.006	2,8	12,57%
RA. Bauru	744.402	805.645	2,6	879.169	893.043	906.689	2,6	12,54%
RA S. J. Rio Preto	1.040.154	1.108.433	3,6	1.199.445	1.216.268	1.233.413	3,6	11,28%
RA Araçatuba	571.477	604.616	2,0	639.906	645.486	651.615	1,9	7,77%
RA Pres. Prudente	698.429	725.665	2,4	751.448	754.971	759.493	2,2	4,66%
RA Marília	736.571	776.717	2,5	826.140	835.055	845.704	2,5	8,88%
RA Central	636.304	707.046	2,3	780.726	793.374	806.019	2,3	14,00%
RA Barretos	313.940	347.876	1,1	378.681	383.328	388.085	1,1	11,56%
RA Franca	476.069	525.688	1,7	588.936	600.983	612.587	1,8	16,53%

Fonte: construção própria a partir de www.seade.gov.br.

Tabela 7 - População Ocupada

	1986	1990	%	1995	1996	1997	%	1990-97
<i>Estado</i>	<i>7.416.348</i>	<i>7.633.984</i>	<i>100,0</i>	<i>7.708.277</i>	<i>7.658.270</i>	<i>7.637.661</i>	<i>100,0</i>	<i>0,05%</i>
R. Metropolitana de São Paulo	4.650.366	4.692.331	61,5	4.556.620	4.542.874	4.501.824	58,9	-4,06%
RA. Registro	16.222	17.505	0,2	20.579	21.182	22.789	0,3	30,19%
RA. Santos	237.551	236.574	3,1	238.233	241.649	233.468	3,1	-1,31%
RA. S. J. dos Campos	272.919	277.294	3,6	281.911	292.687	294.397	3,9	6,17%
RA. Sorocaba	321.485	353.469	4,6	366.006	373.539	368.736	4,8	4,32%
RA. Campinas	885.682	963.400	12,6	996.949	1.003.085	1.017.743	13,3	5,64%
RA. Ribeirão Preto	176.609	186.520	2,4	201.800	198.465	202.375	2,6	8,50%
RA. Bauru	150.544	156.556	2,1	173.253	178.824	178.455	2,3	13,99%
RA. S. J. Rio Preto	131.860	147.308	1,9	166.472	171.924	177.019	2,3	20,17%
RA. Araçatuba	80.741	91.261	1,2	94.390	95.835	99.921	1,3	9,49%
RA. Pres. Prudente	89.926	93.677	1,2	100.388	100.631	108.263	1,4	15,57%
RA. Marília	111.683	116.921	1,5	213.699	135.878	140.140	1,8	19,86%
RA. Central	145.727	148.203	1,9	153.858	156.540	154.095	2,0	3,98%
RA. Barretos	56.204	67.374	0,9	56.626	54.639	50.740	0,7	-24,69%
RA. Franca	88.829	85.591	1,1	87.493	90.518	87.696	1,1	2,46%

Fonte: construção própria a partir de www.seade.gov.br.

Com relação à população total, verificamos que as mesmas três regiões do entorno metropolitano estão entre as que mais cresceram no período, com destaque para Campinas (16,47%). Observamos também que a participação da RMSP na população estadual caiu de 49,0% para 48,2%, entre 1990 e 1997. No entanto, a concentração populacional no chamado entorno metropolitano é também bastante relevante, representando 74,5% do total da população estadual, patamar no entanto inferior à sua participação no valor adicionado fiscal (81,5%), e na população ocupada (80,9%).

Passamos agora à análise gráfica, produzida a partir da equação 1. Distribuímos nos eixos horizontais dos gráficos as diferentes regiões administrativas. No eixo vertical estão os valores das variáveis que compõem a equação 1 para cada região de governo, classificada dentro da região administrativa a que pertence. É possível visualizar para cada região administrativa a distribuição da renda per capita (termo (a) da equação 1), a produtividade (termo (b) da equação 1) e o grau de mobilização de recursos (termo (c) da equação 1) entre as suas regiões de governo, apresentados nos gráficos 1, 2 e 3. Assim, podemos verificar se as diferentes regiões de governo de uma mesma região administrativa apresentam grandes dispersões em relação às variáveis, renda per capita, produtividade e mobilização de recursos em 1997 com relação a 1990.

Gráfico 1: Renda per capita – 1990-1997

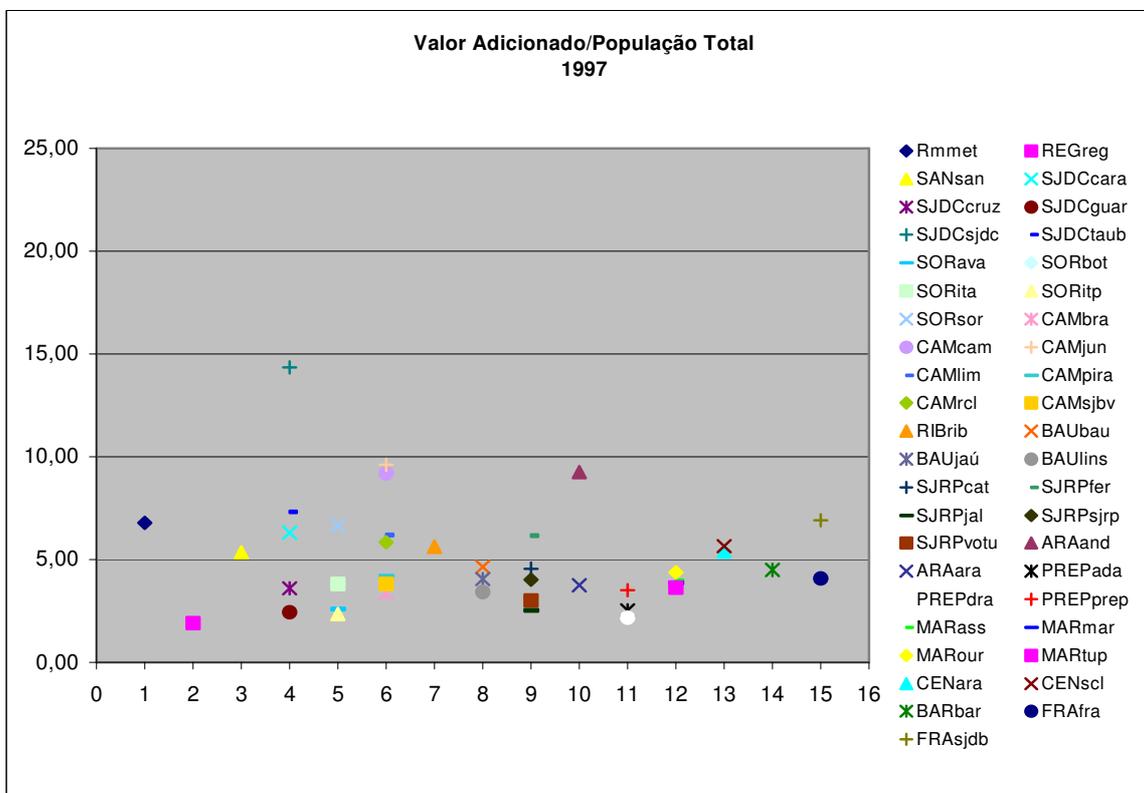
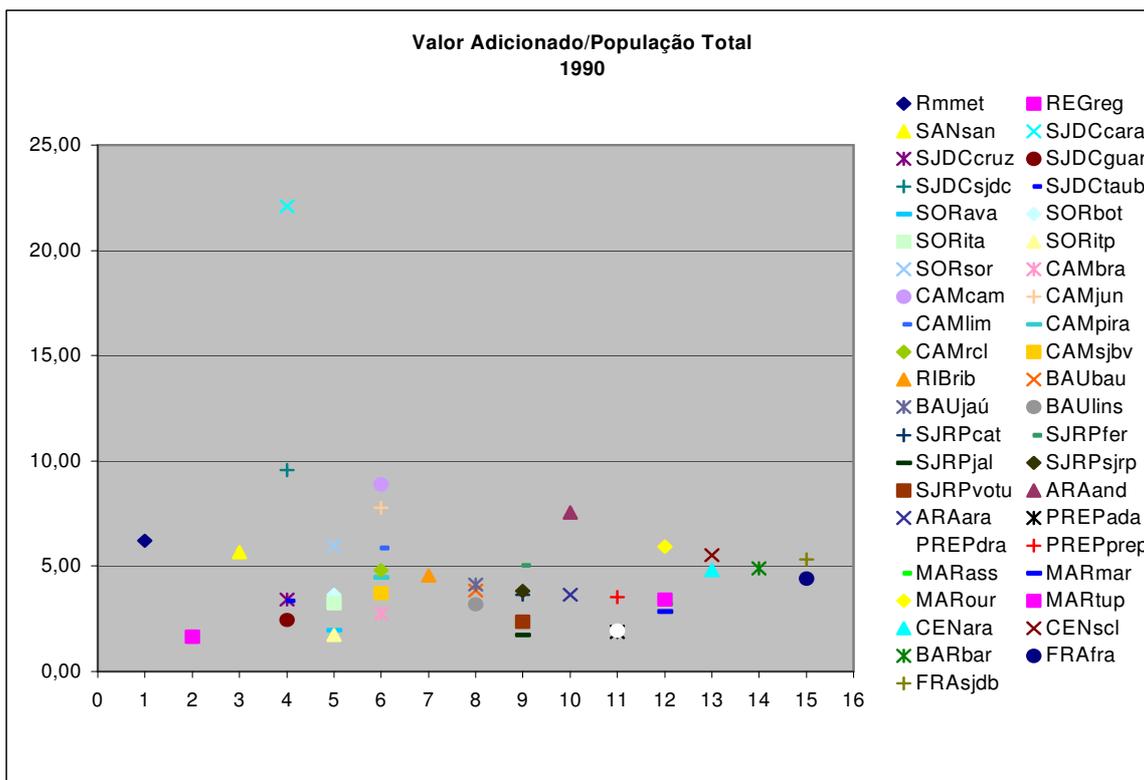


Gráfico 2: Produtividade – 1990-1997

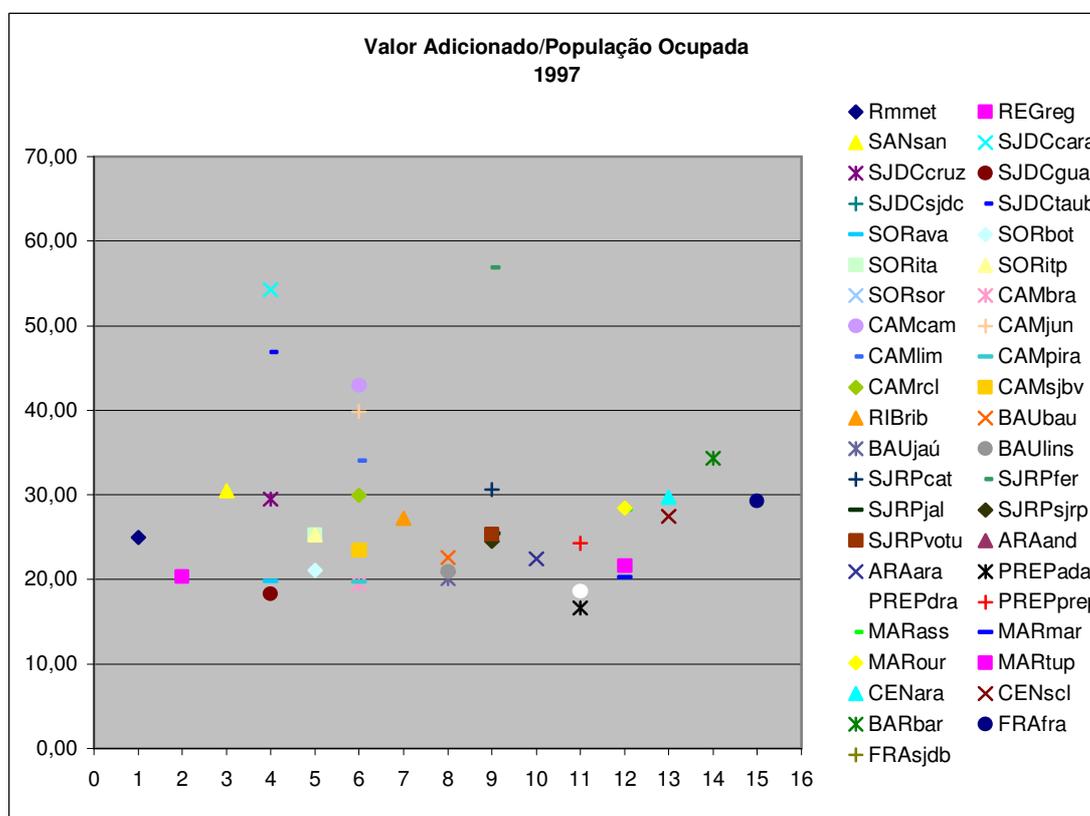
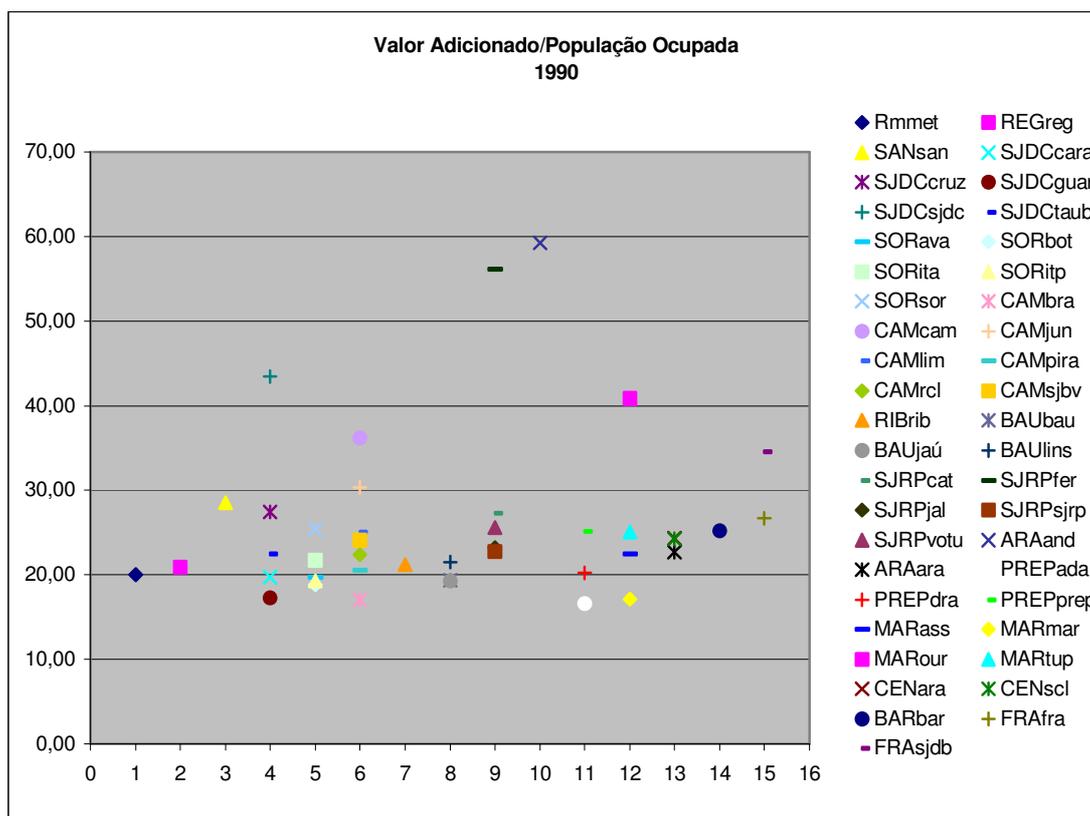
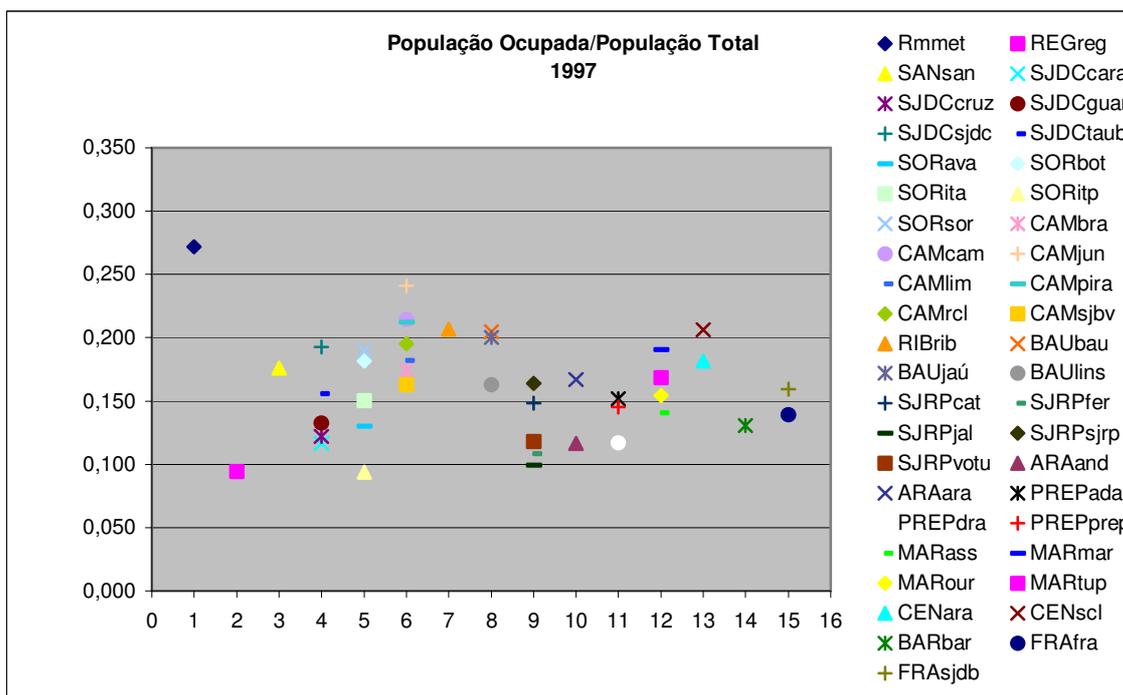
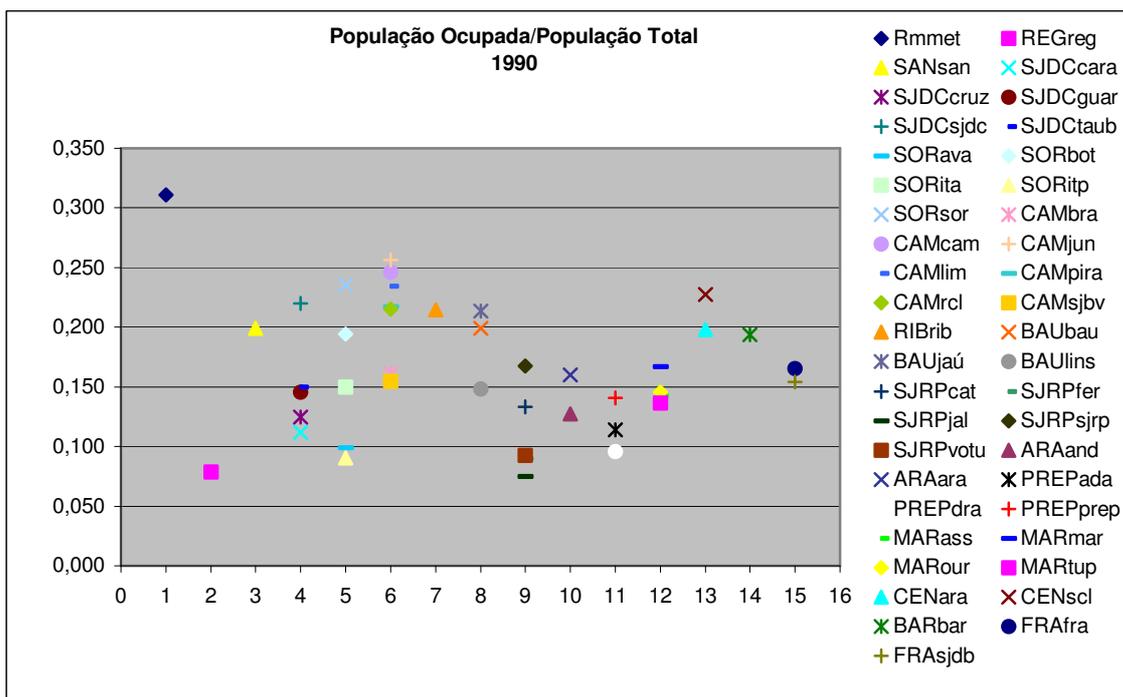


Gráfico 3: Mobilização de recursos humanos para a produção de riqueza



Fonte: Fernandes e Casagrande.

Iniciamos com o gráfico 1, que representa o termo (a) da equação 1, isto é, a renda per capita. No período, verificamos que, de um lado, o valor adicionado per capita cresceu 9,8% no período 1990/97, e de outro, a dispersão³ da renda per capita entre as regiões de governo no ano de 1997 com relação a 1990 aumentou. O resultado do aumento per capita é derivado do crescimento mais que proporcional do valor adicionado em relação ao crescimento da população. Sendo assim, deduzimos que o aumento das disparidades entre as regiões cresceu apesar do crescimento mais que proporcional do valor adicionado.

A análise da decomposição da relação básica mostra um quadro um tanto diferente. O gráfico 2 representa o termo (b) da equação 1, isto é, o indicador de produtividade (valor adicionado/população ocupada). Observamos que de modo geral, houve crescimento da produtividade nas diversas regiões administrativas. O aumento na relação do valor adicionado pela população empregada foi de 22,5% em 1997, com relação a 1990. Entretanto, observamos que a dispersão dessa relação para as regiões de governo aumentou no período, denotando um aumento nas disparidades de produtividade entre elas, o que confirma a expectativa de que especificidades setoriais microeconômicas e de mercado promovem efeitos igualmente específicos e desiguais em termos de ganhos de produtividade em cada setor. Como as regiões tendem a se especializar em alguns setores, essas especificidades são refletidas espacialmente, podendo promover tendência de intensificação e não de redução de disparidades regionais. Finalmente, chama-nos a atenção o fato de o resultado da RMSP estar num patamar bem inferior ao esperado, o que podemos atribuir à elevada dimensão de sua população ocupada, o que merece uma investigação específica posterior.

O gráfico 3 representa o termo (c) da equação 1, que denominamos de mobilização de recursos humanos para a produção de riqueza dada pela relação população ocupada/população total. No conjunto das regiões de governo, a relação diminuiu de 24,8%, em 1990 para 22,2% em 1997. Enquanto a população cresceu, o emprego praticamente ficou estagnado, refletindo a relação proporcionalmente inversa entre o desempenho do produto (VAF) e da população ocupada. A capacidade da

³ Calculamos o desvio padrão para as seguintes relações em 1990 e 1997: 1.valor adicionado/população total; 2.valor adicionado/população ocupada; 3.população ocupada/população total. O desvio padrão para as relações 1 e 2 foi superior em 1997 com relação a 1990. Para a relação 3 o desvio padrão em 1997 foi menor que em 1990.

economia em mobilizar recursos humanos para a produção de riqueza estaria diminuindo, o que implica na intensificação da concentração de renda, mesmo que esta concentração não esteja visível no gráfico. Ao contrário, verificamos que a dispersão entre as regiões de governo se reduziu, o que indica mais proximidade entre as mesmas, só que esta proximidade se deve à redução, e não ao aumento, do patamar de mobilização de recursos humanos pela economia. A redução da disparidade nesta relação (se é que podemos falar em redução) se deu, assim, mais pela perda do emprego na região metropolitana e nas regiões de seu entorno, que concentram o maior percentual da população ocupada em relação ao Estado, que pela expansão do emprego no interior. Para efeito de desenvolvimento mais equilibrado, entretanto, o esperado seria que o percentual de recursos humanos tivesse crescido, e que o interior tivesse elevado sua posição relativa, mas não em detrimento de valores absolutos da região mais industrializada do Estado. Em termos líquidos, não houve elevação da capacidade da economia de mobilizar mais recursos humanos no período, pelo contrário, o mercado formal de trabalho foi reduzido. Sendo assim, podemos dizer que a decomposição do indicador clássico de desenvolvimento – renda per capita – oferece recursos adicionais para a análise sobre disparidades regionais, a partir de apenas três variáveis, destacando a importância da observação do desempenho não apenas da produtividade, mas também do emprego como indicador de desenvolvimento.

5. Observações Finais

A redução das disparidades entre as regiões de governo com relação ao valor adicionado pela população total no período de 1990 a 1997 não pode ser considerado um resultado positivo. Esta medida, muito agregada, despreza duas relações básicas. A primeira é que o emprego formal em relação à população caiu no período, enquanto a população cresceu 11,5%. A segunda é que além de ficar estagnado, o emprego deslocou-se da região metropolitana para o interior do Estado, aproveitando os salários mais baixos do interior paulista.

A relação entre população empregada e população total, como já afirmado, foi reduzida. Mas, a exemplo do valor adicionado per capita, apresentou menor dispersão entre as regiões em 1997 do que em 1990. A proximidade, no entanto, ocorreu mais pela transferência do emprego da região metropolitana para o interior do que o crescimento líquido de oportunidades de trabalho no interior.

Finalmente, a relação entre valor adicionado e população empregada cresceu 22,5% em 1997 com relação a 1990. Tal evolução também é explicada, por um lado, pela quase estagnação do emprego formal, e por outro como resultado dos investimentos em modernização realizados. Destacamos, no entanto, que esta relação em 1997 apresentou-se mais dispersa entre as regiões de governo do que em 1990. Significa dizer que apesar da produtividade ter crescido, a riqueza gerada foi apropriada de maneira mais díspar entre as regiões de governo, acentuando as diferenças entre elas em relação a 1990.

Segundo nossos indicadores, a sustentabilidade da população do Estado, dependeu em 1997 de um mercado formal menor do que em 1990, a economia mobilizou menos recursos humanos em 1997 do que em 1990, e gerou mais riqueza do que em 1990, de modo que as diferenças entre regiões tornaram-se mais acentuadas.

Tais efeitos levam a questionar a possibilidade das diversas regiões elaborarem individualmente estratégias de desenvolvimento sem a capacidade de alterar significativamente o atual mapa da geração de riqueza. O desenvolvimento desigual e as disparidades incrementadas no período necessitam de ações que transcendem as decisões dos agentes econômicos, de um lado, e mesmo a intervenção do poder público de nível local, de outro. Apesar do quadro de reformas e mudanças do marco regulatório, que têm destacado o papel a ser desempenhado por este nível local, a década de 90 continua a manter a tradição paradoxal entre desigualdade e desenvolvimento econômico, cuja redução não prescinde da intervenção governamental estadual e federal.

6. Referências bibliográficas

- Bielschowsky, R., Abicallil, T., Oliveira J. C., Soares, S., Wohlers, M. 2000. In: Baumann, R. (Org.) *Brasil – uma década em transição*. Rio de Janeiro, Ed. Campus.
- Cano, W 1990 Cuestión regional y urbanización en el desarrollo económico brasileño. *Estudios Territoriales*, 33:13-33.
- Casagrande, E. E. *O investimento e o financiamento em tempos anormais: a decisão de investir e financiar no Brasil, 1990 – 1994*. Tese (Doutorado em Economia). Fundação Getúlio Vargas, São Paulo.
- Chahad, J. P.Z. 1998. Estabilização e desemprego em tempo de mudança: realidade e desafios no caso brasileiro. *Indicadores Econômicos, FEE*, 26(2), p. 252-282.
- Conjuntura Econômica, 2000. *FGV/IBRE*, Rio de Janeiro, v. 54, n.9.
- Diniz, Clelio Campolina. 1995 A dinâmica regional recente da economia brasileira e suas perspectivas. Brasília, *IPEA*.

- Dunford, M. 1996. Disparities in employment, productivity and output in the E.U: the roles of labour market governance and welfare regimes. *Regional Studies*, 30:339-357.
- Faria, V. 1991 Cinquenta anos de urbanização no Brasil: tendências e perspectivas. *Novos Estudos Cebrap*, 29:98-119.
- Fernandes, A. C. 1996 *Conflicts in regional and trade policies: a case study of Northeast Brazil in the 1980s*. University of Sussex, Dept. of Geography, PhD Thesis.
- Fernandes, A. C. 1998 Economic integration of a peripheral region: from state developmentism to globalisation in Northeast Brazil. *Austrian Journal of Development Studies*, XIV(2):193-212.
- Fiori, J. 1994 O nó cego do desenvolvimento brasileiro. *Novos Estudos* 40:125-144.
- Goldestein, L. *Repensando a dependência*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1994.
- Guimarães Neto, L. 1997 Dinâmica regional no Brasil. Brasília, *Relatório de Pesquisa*, versão preliminar, mimeo.
- IPEA/NESUR 1999 Tendências e perspectivas da Rede Urbana do Brasil. Campinas, Unicamp, *Série Pesquisas* no. 3, 2 volumes.
- Katz, J. El nuevo modelo económico Latinoamericano: aspectos de eficiencia y equidad que cuestionan su sustentabilidade de largo plazo. *CEPAL*, mimeo, 2000.
- Novy, A and Fernandes, A C 1998 A real supremacia do dinheiro: do Plano Real brasileiro. *Indicadores Econômicos FEE*, 26(2):285-307.
- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1999, Rio de Janeiro, *IBGE*.
- Sem, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo : Companhia Das Letras, 2000.
- Tavares, M da C 1985 *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*. Campinas, Ed. da UNICAMP.